Viver e morrer de Alzheimer

ou

Um homem com garfo em uma terra de sopas

Antônio Panciarelli

para Lourdes, Jussara e Morena

as mulheres de uma vida

Sexta-feira, 12 de outubro de 2019

Dia das crianças e de Nossa Senhora Aparecida.

São quatro horas da tarde e acabei de voltar do cemitério da Colina onde enterrei minha mãe. Sábado soalheiro, um agradável dia de primavera e feriado no país. Minha mãe, devota de Nossa Senhora de Aparecida, foi enterrada em um cemitério moderno em que não há os tradicionais jazigos e imagens de santos. É um grande gramado e o caixão foi enterrado em baixo de uma árvore frondosa que, com certeza, dará sombra a ela e em troca será adubada pelo material orgânico de seu corpo em decomposição. Enfim, a natureza cumprindo seu ciclo de vida e morte.

Essa visão elducorada de um final feliz na morte de minha mãe esconde, como é de costume, um drama que se estendeu durante 48 dias em que ela esteve internada

em um hospital municipal na cidade de São Caetano do Sul.

Cidade com um dos melhores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do país, São Caetano ofereceu para minha mãe um tratamento negligente, em um hospital razoavelmente bem equipado (se comparado a outras cidades brasileiras), mas com um quadro de pessoal incompetente, desleixado e que cumpre, burocraticamente, uma rotina de fábrica de parafusos – tão comum no ABC paulista.

Foram 48 dias de calvário, com entra-e-sai de UTI (Unidade de Terapia Intensiva), entuba, extuba, fura, pica, dá remédio e alimento parenteral e, quando se imaginava que ela poderia se recuperar, veio a terrível infecção hospitalar que matou uma senhorinha de 91 anos de idade, que se agarrava à vida como uma preguiça em uma árvore. Minha mãe, devota de Nossa Senhora de Aparecida, tinha pavor de morrer, mas foi embora no dia da santa. Triste ou feliz coincidência?

Diagnosticada com Mal de Alzheimer, em maio de 2015, minha mãe definhou a olhos vistos durante os últimos quatro anos e morreu por uma septicemia provocada por infecção hospitalar, uma das maiores incidências de

morte nos hospitais do SUS (Sistema Único de Saúde) do país.

Se os médicos especialistas mal sabem cuidar de quem sofre de Alzheimer, enfermeiros e auxiliares dos hospitais e centros de saúde da rede pública então sequer conseguem pronunciar direito o nome da doença. Para eles, tudo é demência e as vovozinhas, com certeza, já viveram tempo bastante e não têm porque reclamar cuidados especiais. Para eles, “quem pariu Matheus que o embale”.

No caso de Matheus, sobrou para mim o embalo, já que meus irmãos saíram de fininho quando a velha começou a esquecer o que comeu no almoço e a reclamar que estava com fome. Cuidar de alguém com Alzheimer é uma penitência se você não tem dinheiro e vive no Brasil.

Se você tiver paciência para ler esse relato, vou contar como vivi e cuidei de minha mãe durante mil e quatrocentos dias, aproximadamente.

Alzheimer – crônica de uma morte anunciada

Após sofrer uma queda dentro do apartamento, provocada pela osteoporose, minha mãe precisou operar o quadril, colocar prótese e necessitar da ajuda de um andador. Pessoa de difícil convivência, ela sempre teve pavor de adoecer e precisar da ajuda dos outros para se locomover, tomar banho, trocar de roupa e coisas do gênero. Após a saída do hospital e ter que confrontar a nova realidade, minha mãe que já era uma pessoa irascível, tornou-se insuportável. Além de reclamar da vida e da sorte o tempo todo, passou a ter lapsos de memória e a perguntar as mesmas coisas repetidas vezes. Nessa altura, ela estava com 85 anos, mas não tinha dado nenhum sinal de senilidade até então.

Marcamos então uma consulta ao geriatra e, em menos de 15 minutos de conversa, veio o diagnóstico de demência. Simples assim.

Em um primeiro momento, pensou-se em perda de memória considerada “normal” para uma pessoa com 85 anos, que acabara de sair de uma cirurgia complicada e que não deveria haver muito problema com o tratamento. Nove em cada dez famílias que recebem tal

diagnóstico pensam do mesmo jeito. É da vida e da idade. Nesta altura, nem nos meus piores pesadelos eu poderia imaginar o que viria pela frente e que acabaria sendo o protagonista, por obra do acaso, nesse drama rodrigueano familiar.

Após o primeiro diagnóstico de demência, decidi procurar um neurologista para fazer os exames necessários e “confiáveis” para iniciar o tratamento.

Em se tratando de rede pública de saúde, o périplo é longo e irritante, mesmo vivendo em uma cidade que se orgulha de ter um bom sistema público de saúde. Entre o pedido de encaminhamento ao especialista e o dia da consulta, passaram-se mais de dois meses. Nesse meio tempo, fui notando que, verdadeiramente, minha mãe estava com sérios problemas de memória. Ela fazia a mesma pergunta diversas vezes e não se lembrava mais em que dia da semana estávamos.

Após a longa espera, o neurologista, com a mesma displicência da geriatra, confirmou o diagnóstico e introduziu a palavra “Mal de Alzheimer” no nosso vocabulário. Começava ali o dia um dos terríveis mil e quatrocentos dias que viriam pela frente.

Quetiapina – a panacéia neuro-psiquiatra preferida pelos especialistas brasileiros

O neurologista, que ligou a demência de minha mãe ao Alzheimer, solicitou uma ressonância magnética para conhecer os estragos feito no cérebro e conferir se realmente seu diagnóstico estava correto. Desnecessário dizer que, dez entre dez neurologistas, farão esse pedido de exame para dez entre dez pacientes com demência. O difícil nessa situação é você conseguir fazer o exame no SUS em um tempo razoável.

Enquanto isso, recebemos a primeira receita médica para minorar os efeitos da perda de memória: o Hemifurato de Quetiapina, antipsicótico fabricado pelo laboratório inglês Astra Zenec, que se tornou uma espécie de panacéia para a demência e também é largamente receitado no Brasil para qualquer um que tenha um diagnóstico parecido. *Quetiapina e fé em Deus, meu filho!*

Um remédio de alto custo para a maioria dos brasileiros, é distribuído pela rede pública de saúde, mas depois de exigirem do paciente um calhamaço de documentos, que inclui – acreditem ou não – até um exame sorológico

para Sífilis. E nem adiantou eu argumentar que minha mãe tinha 85 anos e não devia fazer sexo há pelo menos uns 20 anos. “Está no protocolo”, respondeu-me secamente a atendente da farmácia do SUS. Foram pedidos tantos exames e declarações, que desisti e comprei o remédio na farmácia da esquina mesmo. Gastei quase tudo o que ganhava por semana, na época, dando aulas particulares de português. Não se comeu carne em casa nos dias seguintes.

Esse remédio, receitado infalivelmente pelos neurologistas no caso de demência, funciona para alguns doentes e não funciona para outros, como é praticamente comum nesses casos. Mas como ninguém me disse nada a respeito e minhas consultas à Wikipédia e ao Google não mostraram nada de diferente do que já constava na bula, passei a ministrar o tal Quetiapina duas vezes por dia para minha mãe, enquanto esperava pela marcação da ressonância magnética. Mal sabia que teria ainda uma dura batalha pela frente para conseguir tal exame – mais exatamente um ano e meio de espera e muita reclamação ao serviço de ouvidoria do município. Voltarei ao tema.

MAL DE ALZHEIMER

Alois Alzheimer nasceu no dia 14 de junho de 1864, em Marktbreit, pequena cidade da Alemanha.

Estudante de medicina na Universidade Real de Friedrich Wilhelm, Alois Alzheimer destacou-se desde muito cedo no estudo de ciências naturais e, em 1886, transferiu-se para um curso mais avançado na Universidade de Tübingen, e ,em 1888, entrou para o Conselho de Medicina de Würzburg. Nesse mesmo ano, introduziu o uso do microscópio na psiquiatria, pois ele queria investigar a influência biológica nas doenças mentais.

Aos 24 anos, o jovem doutor entrou para a equipe médica do Hospital Psiquiátrico de Frankfurt, um dos maiores hospitais desse tipo da Alemanha. Conhecido na época como “Castelo dos loucos”, só aceitava os casos mais graves de doença mental. Junto com dois grandes médicos, Alois transformou por completo a forma de cuidado com os pacientes. Eles eliminaram os métodos cruéis e substituíram por um cuidado muito maior com os doentes.

Em 1901, uma paciente diferente chegou ao hospital, e mexeu com a cabeça do jovem médico. A paciente Auguste Deter tinha 51 anos e chegou ao hospital acompanhada do marido, que trazia consigo várias queixas. Segundo o marido, o humor de Auguste estava

oscilando entre a melancolia e o contentamento. Ela não se lembrava do próprio nome e esquecia o ano em que nasceu. Ao mesmo tempo, lembrava-se que tinha uma filha que morava ali perto e que tinha se casado em Berlim. Não se lembrava do nome do seu marido, nem do hospital, e nem sabia há quanto tempo estava ali.

Quem atendeu o caso de Auguste foi o seu assistente, o médico Nitsch que, sem compreender o que a paciente tinha, recorreu a Alois o responsável pelo Hospital Psiquiátrico Frankfurt na época.

Alois ficou fascinado, já nos primeiros contatos com Auguste. Estava tentando compreender como aconteciam tantas incoerências ao mesmo tempo: lembrar-se de coisas antigas e esquecer recentes, humor e comportamento oscilantes.

O exame geral de Auguste demonstrou que ela era saudável, e o neurológico mostrou que, apesar de pequenas anomalias, estava tudo bem também.

Essa pergunta rodeou a cabeça do médico durante anos! Alois já tinha visto casos de pacientes com sintomas parecidos e que foram diagnosticados com demência senil, por serem todos mais velhos. Mas Auguste tinha 51 anos e isso era intrigante.

O marido de Auguste disse que ela sempre teve ótima saúde, trabalhava muito, nunca tinha tido nenhuma doença infecciosa mais séria e nem bebia.

Além disso, os lapsos de memória começaram a aparecer de um dia para o outro e ela começou a mentir para disfarçar a confusão mental que estava sentindo.

Começou a ter dificuldades em cozinhar, que era uma atividade habitual para ela e começou a perambular sem rumo pela casa. Quando sua doença avançou um pouco mais, ela começou a esconder objetos distintos, de forma que não fazia sentido para o marido e deixava sua casa um caos.

Depois de um ano internada, mesmo sem tomar café e chás e seguindo todas as orientações, Auguste estava sempre agitada e ansiosa. Durante a noite, ela saía de sua cama e ia perturbar outros pacientes do hospital. Comunicar-se com ela estava cada vez mais difícil para os médicos.

Ela perdeu o apetite, chorava muito sem motivo aparente e, segundo anotações do próprio Alzheimer, ela ficou violenta quando o médico tentou fazer a ausculta, que é a escuta dos sons internos do corpo, geralmente feita com um estetoscópio.

As anotações das observações de Alois Alzheimer em relação a Auguste descrevem a progressão da doença de uma forma bem parecida com o que conhecemos hoje como os estágios do Alzheimer.

Em 1906, Auguste faleceu com pneumonia, e Alzheimer pôde estudar seu cérebro e compreender melhor o que acontecia com aquela paciente tão intrigante.

Com o estudo do cérebro, Alzheimer chegou à conclusão de que o cérebro de Auguste tinha muitas semelhanças com o de um idoso com demência senil. Além disso, notou a presença de alguns “depósitos” que lembravam placas esféricas em todo o cérebro (hoje, sabe-se que são as placas beta-amilóides).

Depois dessa descoberta, Alzheimer foi ao 37º Congresso de Psiquiatria do Sudoeste da Alemanha, em 1906, expor o caso de Auguste Deter à comunidade científica. Quando acabou a sua apresentação ninguém fez nenhuma pergunta sobre o assunto, ignorando a importância e a grandiosidade da descoberta para a época. O médico, então, saiu do congresso extremamente decepcionado.

No ano seguinte, em 1907, apareceram no hospital que Alzheimer trabalhava três pacientes com os mesmos sintomas de Auguste e, de fato, todas as análises confirmavam as hipóteses de Alois Alzheimer: existia

uma doença neurodegenerativa, que danificava algumas partes do cérebro, era progressiva e causava esses sintomas.

Em 1909, Alzheimer publicou as descobertas e os dados desses quatro pacientes em um periódico médico e, um ano depois, o termo “doença de Alzheimer” apareceu pela primeira vez.

Aos 51 anos, Alzheimer faleceu de uma doença renal. Mas, felizmente ainda em vida, ele teve reconhecimento mundial da comunidade científica, apesar da falta de interesse inicial que tiveram em sua descoberta.

Alois Alzheimer é classificado pelo Dr. Judes Poirier, autor do livro “Doença de Alzheimer: O Guia Completo”, como “um cientista com coração”. E ele foi mesmo. A preocupação com o outro, com as relações sociais e a compreensão do sofrimento alheio foram combustíveis essenciais para que esse médico chegasse à descoberta da Doença de Alzheimer.

Hoje, os estudos estão ainda em desenvolvimento e faltam muitas coisas a serem descobertas sobre essa doença, como a cura, por exemplo. Mas, vários órgãos, instituições e cientistas se dedicam hoje a compreender a doença e avançar a ciência nesse sentido.

O importante é que as pessoas procurem se informar sempre sobre esses avanços e se dediquem a conhecer melhor a doença, principalmente os cuidadores, que devem ter sede de informação. Afinal, só assim o cuidado vai ser feito da melhor forma possível.

É importante que o cuidador tenha informações detalhadas sobre a doença de Alzheimer, do processo da doença, os estágios, o que acontece no cérebro, quais são as mudanças de comportamento sofridas, o que podemos fazer para evitar e retardar o avanço dos sintomas... São assuntos extremamente necessários para criar uma rotina de cuidados que realmente transforme a vida do doente e o faça mais feliz.

2015

Ressonância Magnética – uma espera infernal

De posse da solicitação do exame de ressonância, procurei a UBS (Unidade Básica de Saúde) do bairro em que morávamos e recebi um protocolo e o aviso para esperar o telefonema que confirmaria a realização do exame. Estávamos no ano da graça de 2015, mês de setembro e eu não sabia, ainda, mas o exame só sairia depois de 14 meses e muita briga na Secretaria de Saúde de São Caetano.

Em agosto de 2016, já sem esperanças de receber o tal telefonema redentor, procurei a Ouvidoria de Saúde do município e relatei o caso:

- Olha, minha mãe tem 87 anos, foi diagnosticada com Alzheimer faz um ano e meio e até hoje estamos esperando para fazer o exame de ressonância magnética que poderá corroborar o diagnóstico do neurologista.

Fiz esse discurso enquanto a atendente da Ouvidoria conversava simultaneamente comigo e com a colega que tinha os olhos presos ao celular. Como não sabia para quem falar, eu mexia a cabeça nervosamente entre uma e outra. Depois de algum tempo, a mulher pegou um

pedaço de papel que estava na gaveta ao seu lado e começou a anotar minha reclamação. Pediu meu número de telefone e disse que iria tomar as providências cabíveis.

Saí dali mais pessimista do que havia entrado. Minha impressão era que o papel seria jogado no cesto de lixo tão logo eu virasse as costas. Mas, para minha surpresa, recebi, na noite seguinte, um telefonema de uma senhora que se identificou com sendo a Ouvidora da Secretaria de Saúde. O papel manuscrito tinha funcionado até ali.

Contei novamente o meu drama para a Ouvidora e recebi um outro número de telefone, para ligar no dia seguinte e falar com uma das administradoras do hospital Público da cidade que, em tese, poderia rever o pedido.

Fiz isso na manhã seguinte e, novamente, pediram pra eu esperar....

Alguns dias depois, recebo novo telefonema da Ouvidora pedindo para que eu fosse pessoalmente ao Hospital São Caetano falar com a direção e expor “meu” caso. Bom, pelo menos havia uma esperança de obter a autorização para a ressonância.

Lá vou eu ao hospital São Caetano: fala daqui, pergunta dali, aguarda uma eternidade na sala de espera e, bingo, lá vem a mulher com o pedido de exame de minha mãe. O detalhe era que ela tinha outros 10 pedidos na mão e foi fazendo uma chamada em voz alta de nomes de pacientes. À medida que a pessoa se identificava era encaminhada para uma sala de reuniões. Fui o último a ser chamado. Pronto, achei que seria preso e processado por reclamar tanto.

Mas, na sala de reuniões, a mulher de meia idade e com o calhamaço de pedidos de exame ia explicando a cada um dos presentes a quantas andava o processo. Entendi finalmente: todos que estavam na mesma sala que eu de alguma maneira tinham reclamado da demora de marcação de tais exames – a maioria era para ressonância magnética.

Quando chegou minha vez, a senhora afirmou com todas as letras que eles haviam desconsiderado o pedido feito para minha mãe, mas ela não tinha certeza do por que isso havia ocorrido. Como assim? Quer dizer que um especialista, médico do SUS, solicita um exame e o setor burocrático da Prefeitura simplesmente resolve desconsiderar?

- Dá para a senhora fazer um desenho, pois não estou conseguindo entender.....

Risadas nervosas na sala.

A senhora de meia idade tentou argumentar que ressonância magnética é um exame muito caro e que, por isso, precisa ser atendido com parcimônia. Mas que ela entendia meu caso já que a mãe dela também sofria de Alzheimer. A situação ficava bizarra a cada nova fala da senhora.

Aí apelei para o bom senso:

- Bom, nesse caso eu volto aqui com a certidão de óbito da minha mãe. Pronto, depois que ela morrer o município não precisa mais se preocupar em gastar dinheiro com exames tão caros não é mesmo? Aliás, vou levar a certidão direto para o prefeito da cidade. E saí dali sala batendo a porta.

Na minha cabeça tinha enterrado ali, com meu discurso sarcástico, a única possibilidade que tinha para minha mãe fazer a bendita ressonância.

Três dias depois recebo novo telefonema da Ouvidora, já tinha ficado minha 'amiga'.

- Olha seu Antônio, eu compreendo seu nervosismo, no seu lugar eu faria o mesmo, mas veja bem....blá, blá, blá..

Sem nem mais prestar atenção ao discurso compreensivo/vazio/idiota da Ouvidora, acabei ouvindo uma boa notícia: eu poderia ir novamente ao Hospital São Caetano no dia seguinte que, finalmente, receberia a autorização para realizar o exame. Quase não dormi aquela noite de ansiedade.

No dia seguinte lá estava eu sentado na sala de espera do hospital, aguardando as boas novas da senhora de meia idade. Ela, por sua vez, repetiu o ritual da chamada escolar – dessa vez eram apenas quatro pessoas comigo – fez todos entrarem na sala de reuniões e foi distribuindo para os felizardos as autorizações para realização dos exames. Quando chegou a minha vez, ela fez questão de falar em volta alta:

- Está aqui seu Antonio a sua autorização. Como eu disse, sou solidária com o senhor, minha mãe, blá,blá,blá.... Dessa vez fui mais educado, agradeci imensamente e sai sem bater a porta.

O exame foi marcado para um sábado de manhã, em um hospital particular da cidade, que atendia pelo SUS. Por sorte, tal hospital ficava perto de onde morávamos e foi possível levá-la, ladeira acima, em uma cadeira de rodas. Nesse dia compreendi o como é difícil empurrar uma cadeira de rodas rua acima com alguém que reclama de tudo e mais alguma coisa. Minha mãe considerava uma humilhação ser transportada daquela maneira. Foi o

primeiro dos muitos perrengues que eu iria enfrentar nos meses seguintes.

A primeira dificuldade foi fazer minha mãe compreender que era preciso tirar a roupa e colocar uma espécie de camisola do hospital para fazer o exame. Quando disse que tinha que tirar toda a roupa, incluindo a calcinha, ela começou a berrar e dizer que eu estava louco, possuído e que não tinha o menor propósito ela estar ali, já que não havia nada de errado com ela.

Minha mãe sempre se orgulhou de ter boa memória. Sua agenda telefônica ficava guardada na cabeça e ela era capaz de recitar o número do telefone dos filhos, irmãs e sobrinhas de cor. Era impressionante. Só que isso tudo tinha ficado já em um passado razoavelmente distante, menos o orgulho dela.

- Minha cabeça é ótima. Posso não ter muita saúde, mas minha cabecinha funciona que é uma maravilha. Não troco ela pela sua de jeito nenhum. Era o seu mantra favorito quando brigava comigo.

Nesse dia no hospital não foi diferente. Foi um verdadeiro Deus nos acuda para conseguir tirar sua roupa e colocar a camisola. Detalhe: ninguém no hospital veio me ajudar na empreitada. Tive que me virar.

Depois do périplo da troca de roupas, levei-a para a ante-sala da ressonância. Só de olhar o aparelho, eu que sou claustrofóbico, senti falta de ar. Aquilo não ia dar certo.

Dito e feito: foi só a técnica, muito mal disposta por ter que trabalhar ao final de semana, colocar minha mãe na máquina e pedir para que ela não se movimentasse enquanto durasse o exame, para ela começar a berrar:

-Me tira daqui, eu quero sair, eu to morrendo!!!

Foram seus repetidos gritos, enquanto a técnica na sala ao lado, irritada e xingando muito, tentava mapear o cérebro de minha mãe. Não deu certo. Ela desligou o aparelhou e retirou a pobre coitada como se tirasse de um saco de batatas de dentro da máquina de ressonância. Quase nos pôs para fora do hospital a pontapés.

- Eu só faço exame nessa senhora se ela estiver sedada. Volte aqui apenas com a indicação médica para sedação da paciente.

Foram as últimas e grossas palavras antes de sermos enxotados do hospital Beneficência Portuguesa de São Caetano.

Tanto esforço em vão... Sabe Deus agora quando conseguiria outra autorização para ressonância magnética depois do show que minha santa mãe deu no hospital. Voltei pra casa empurrando sua cadeira de rodas e maldizendo meu destino. Por sorte, agora era ladeira abaixo.

De volta ao neurologista. Ele ponderou que seria muito arriscado sedar uma pessoa de 86 anos para fazer a tal ressonância e que já estava “muito claro” que minha mãe sofria de Alzheimer e que iria manter a medicação. De volta para casa com mais uma receita de Quetiapina.

Década de 1950

Toda história tem um começo

Eu nunca gostei muito da minha mãe. A vida inteira me senti tolhido por suas escolhas, seus caminhos e uma eterna obrigação, que me foi incutida desde criança, de que na ausência do meu pai, eu deveria cuidar dela e de meus três irmãos menores.

Minha mãe casou-se com um imigrante italiano em meados da década de 1950 e, como era comum na época, teve um filho atrás do outro. Foram cinco, sendo que a primeira morreu logo após o parto. Ficaram quatro homens, eu o primogênito.

A família materna era oriunda da Bahia – antigos fazendeiros de algodão, na zona rural de Guanambi, que perderam tudo em virtude das constantes secas no sertão baiano e da irresponsabilidade do meu avô, que nunca se preocupou muito em amparar uma família de 12 filhos. Com uma série de maus negócios e penhores no banco, acabou perdendo tudo o que tinha e o caminho encontrado por ele foi trazer todos para São Paulo em um pau de arara. Minha mãe, Maria de Lourdes Magalhães Costa, era a caçula da família e já

não pegou a era dourada e abundante do dinheiro do algodão.

Quando a família aportou na cidade, foi viver com uma irmã mais velha que havia feito um bom casamento com um comerciante de Sergipe e dispunha de uma casa razoavelmente grande na zona leste da cidade – destino preferido de 10 entre 10 migrantes nordestinos na época.

A família estava completamente depauperada, meu avô com pneumonia entre outras doenças e as filhas com os dentes completamente podres na boca. Não havia higiene bucal alguma em uma viagem de pau de arara do sertão da Bahia até São Paulo.

Por generosidade do tio Garcia, marido da minha tia, as filhas de seu Francisco (nome do meu avô) foram levadas até um dentista para extrair os dentes e colocar uma chapa – como era chamada então a dentadura.

Foi nesse estado de penúria que as mulheres da família Magalhães Costa precisaram se virar e tornaram-se operárias nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Era nessa grande fábrica de sabão, construída por um imigrante italiano, que mulheres semi-analfabetas vindas do sertão conseguiam arranjar trabalho. Foi ali, durante um *pic-nic* de fim de semana, promovido pela associação dos funcionários, que minha mãe conheceu o bonito

imigrante italiano, vindo de uma distante aldeia da região de Abruzzo, chamada Loreto Aprutino. Um imigrante que fugia da fome do pós-guerra na Europa e que, por total falta de sorte, veio aportar em Santos.

Filho de um soldado que foi lutar na Segunda Guerra, logo após o casamento e que nunca mais retornou, meu pai passou a viver com a mãe e uma irmã mais velha. Para ganhar a vida, minha avó paterna trabalhava em uma olaria e com a pensão de viúva da guerra mal conseguia sustentar a família. Ao completar 18 anos, meu pai tomou o caminho do porto de Pescara para se aventurar em uma nova terra, do outro lado do oceano, chamada Austrália. Com os parcos recursos oferecidos pela minha avó, meu pai comprou uma passagem de terceira classe e deixou Loreto Aprutino, sua mãe e sua irmã entregues à própria sorte. Era preciso fazer o novo mundo. Pena ter chegado ao porto com vinte e quatro horas de atraso. O navio já havia zarpado rumo às terras dos cangurus. E agora?

Desesperado e sem condições morais e físicas para voltar para casa, aceitou o conselho do agente de viagens que se propôs trocar sua passagem por outra com destino ao porto de Santos. Mas onde era isso? Reza a lenda que meu pai nunca havido ouvido falar de América do Sul e do Brasil, especificamente, mas foi convencido que novo mundo era tudo igual e que era a única chance que tinha de poder viajar naquele

momento. Assim, sem saber aonde ir, Gabriele Panciarelli, o jovem que gostava de tocar bateria, embarcou para a aventura brasileira. Ele e mais 800 italianos que lotaram aquele navio.

Após quase quarenta dias viajando na terceira classe de um navio de emigrantes, Gabriele Panciarelli aportou em Santos e, assim, como as centenas de outros italianos tomou o rumo da pensão dos Imigrantes, que se localizava ao final da linha de trem que saía do porto. O bairro do Brás era a primeira parada dos italianos que vinham para a nova terra fugindo do legado da derrota na Grande Guerra: a fome e o desemprego.

Um estranho no ninho, em suas próprias palavras, Gabriele não aceitou a oferta de emprego nas fazendas de café, como faziam as centenas de famílias italianas que chegavam ao Brasil. Meu pai se considerava um artista e resolveu ficar pela cidade de São Paulo mesmo. Além de tocar bateria, ele sabia cortar cabelos, profissão que lhe foi ensinada por um velho barbeiro amigo da família em sua antiga aldeia. Pra ele, esse conhecimento foi a tábua de salvação.

Depois de alguns dias perambulando entre o bairro do Brás e o largo do Paiçandu, no centro de capital paulista, Gabriele conseguiu um trabalho de ajudante de

barbearia, em um salão que já empregava outro *oriundi*, ao lado da igreja dos negros – como ele se referia. Foi ali que o jovem italiano aprendeu a falar, mal e porcamente, o idioma português.

O *pic-nic*, promovido pelos funcionários da fábrica de sabão dos Matarazzo, foi o ponto de partida para o namoro entre o imigrante italiano e a migrante nordestina. Ambos estrangeiros na já agitada cidade de São Paulo dos anos 1950. Entre amizade, namoro e casamento passaram-se apenas seis meses. Minha mãe, já entrada na casa dos 30 anos, morria de medo de ficar solteirona, já que uma mulher balzaquiana era considerada velha demais para casar. Assim, meio contra a vontade da família, que não aceitava muito bem a "mistura de raças", casaram-se no velho e bom bairro da Mooca e foram morar em um quarto e cozinha na Rua da Meação, na vila Água Rasa, zona leste da cidade.

Não demorou muito e minha mãe engravidou pela primeira vez. Sem dinheiro para pagar o aluguel e as contas, o casal acabou despejado e foi morar na casa da sogra, a matriarca da família que, àquela altura, já era viúva e se mantinha graças à generosidade do filho mais velho da prole – o tio Waldemar.

Se o imigrante italiano já não era visto com bons olhos, a situação piorou muito quando o casal se mudou para a casa da sogra. Imediatamente, Gabriele recebeu uma alcunha que o acompanhou por todo o período em que esteve casado com minha mãe: Meneghetti, o nome de um famoso ladrão de casas em São Paulo na década de 1950

Gino Amleto Meneghetti – O ladrão de casacas

Gino Amleto Meneghetti (1878-1976), filho de uma família pobre da cidade italiana de Pisa, começou a furtar ainda garoto. Chegou a São Paulo na década de 1920, já fugindo da Justiça italiana, aos 42 anos. Veio ao encontro de alguns parentes que haviam imigrado e prosseguiu na "América" a sua escalada marginal.

O ladrão, que ganhou fama nacional, tinha o retrato estampado nos jornais de vários Estados e muitos apelidos – entre eles Homem-Borracha, Bom Ladrão, Ladrão de Casaca, Ladrão Nobre e, o mais famoso, "Homem-Gato", referência à sua incrível habilidade para caminhar sobre telhados, pular muros e saltar entre edifícios. Segundo a lenda em torno de Meneghetti, ele

seria filho de uma família de acrobatas e viria daí a elasticidade e destreza física, o que nunca foi confirmado

"Una porqueria", costumava dizer o lendário ladrão quando discordava de alguma coisa. E assim respondeu aos entrevistadores do jornal "O Pasquim" quando lhe indagaram o que pensava sobre as teorias do médico italiano Cesare Lombroso, de que algumas pessoas possuem características físicas que as predispõem ao crime. "Isso é conversa de médico pedante. O que inicia alguém no roubo é a miséria", disse Meneghetti[1].

Foi esse o apelido 'carinhoso' que meu pai recebeu da família de sua mulher ao ir morar na casa de minha avó. Nos anos seguintes, seu "Meneghetti" aumentou a prole de um para quatro filhos maschios, resolveu abandonar a todos e ir cuidar de sua própria vida em outra freguesia. Muitos anos depois, ao reencontrá-lo, ele candidamente respondeu-me que foi embora porque não aguentava mais o ciúme doentio da minha mãe. Simples assim.

Apesar de não justificar o abandono da família, que já enfrentava dificuldades financeiras e que passou então a viver de esmolas e da pensão que minha avó recebia do tio Waldemar, o ciúme a que se referia meu pai

realmente era enlouquecedor. Mesmo tendo só sete anos assisti a fenomenais brigas entre os dois, provocadas pelo ciúme doentio de minha mãe. Fruto de imaginação, muitas vezes, e de traições reais de meu pai, a verdade é que tais brigas eram rotineiras e, não raro, terminavam com a polícia na porta, chamada pelos vizinhos. Dona Maria de Lourdes tinha um sério problema de auto-estima e considerava que, por meu pai ser mais novo e bonitão, ele saia com uma mulher diferente a cada dia – todas definidas por ela por "putas". Só entendi o significado da palavra muitos anos depois, mas sempre odiei meu pai por ele ter trocado a família pelas "putas", como afirmava minha mãe em sua insanidade costumeira.

_____

(1) Trechos retirados do livro "Meneghetti, o Gato dos Telhados" (Boitempo Editorial), de Mouzar Benedito,

Uma família para sustentar e o trabalho infantil

Foram anos difíceis aqueles. Dona Maria de Lourdes ficou completamente desorientada com o abandono do marido, quatro filhos pequenos para criar e nenhum trabalho à vista. O apoio que recebeu de nossa avó limitava-se a uma sala em sua pequena casa de um dormitório, na Água Rasa, e ao pouco de comida que havia na mesa. Era urgente que minha mãe tomasse uma providência sobre sua prole, pois não havia pão e lugar para todos. Curiosa ironia do destino: foi vivendo uma situação muito parecida que meu pai saiu da Itália para fazer a América. A história repetindo-se em tons mais escuros e trágicos – agora multiplicado por quatro bocas para alimentar.

Premida pela situação e sem maturidade suficiente, minha mãe resolveu terceirizar a alimentação e a educação dos filhos. Sua primeira e tresloucada iniciativa foi procurar abrigo para mim e meus irmãos no Juizado de Menores, que mais tarde passou a se chamar FEBEM – Fundação do Bem-Estar de Menores – um grande eufemismo para depósito de pobres e pretos.

A situação era kafkiana. Comigo a tiracolo, de calças curtas e cabelo ensebado por falta de banho, minha mãe foi procurar o escritório do Juizado no bairro do Brás. Um prédio velho, cinza-escuro, mal iluminado que meu causou calafrios logo à entrada. Eu estava perplexo ante a postura de minha mãe. Por que diabos, ela queria internar os filhos naquele lugar? Que espécie de mãe faria aquilo? Sem vocabulário suficiente para questioná-la e morrendo de medo, tentava me esconder atrás de seu franzino corpo, durante seu périplo pelas salas do tenebroso prédio da Avenida Celso Garcia. Não sei precisar exatamente quando, mas acho que foi a partir desse dia que passei a odiar aquela mulher. Não bastava ter sido abandonado pelo meu pai, ter medo mortal da minha avó mandona e que nunca tinha feito um carinho em mim ou dito algo que me consolasse, lá estava eu agarrado àquela mulher que queria desesperadamente se ver livre dos filhos. Que tipo de família era aquela?

Felizmente não havia vagas naquele lugar para filhos com mãe e avós vivas e em condições de cuidar de si mesmas. Minha mãe ouviu uma grande descompostura do senhor que a atendeu – e que na minha cabeça era o dono daquele local. Um cara mal disposto que

despachou a dona Lourdes com *uma quente e duas fervendo*.

Confesso que senti pena daquela mulher mal ajambrada, me puxando pelo braço e tentando explicar ao "dono" do lugar que ele tinha que nos acolher, já que ela era uma pobre diaba abandonada pelo marido, um italiano safado que atravessou o mundo com o único propósito de prejudicá-la. Era um diálogo surreal para uma criança de sete anos. De um lado, uma mulher tresloucada tentando convencer um burocrata do juizado de menores que ele precisava dar abrigo a quatro moleques ranhosos, filhos de um imigrante italiano irresponsável, mas que tinham mãe, avó, tios e uma casa (ainda que caindo aos pedaços) para se abrigarem. Do outro, alguém sem paciência, explicando que ali não era a casa do papai Noel e que ele não atendia pedidos de mãe desesperada. Aquele foi o dia mais humilhante da minha vida até então.

Sentindo um misto de alívio e um profundo ódio, voltamos para casa. Ela completamente desolada sem saber o que fazer e eu com muita fome, pois já passava das três horas da tarde e não tinha comido absolutamente nada. Lembro-me bem de termos passado em frente a um bar e eu implorado para que ela

comprasse um sanduíche pra mim. De tanto reclamar, ela entrou no bar comigo, pediu uma garrafa de água mineral, dois copos, reclamou que a água estava muito gelada, tomou quase tudo e me deu meio copo de água. Foi toda a refeição que fiz naquele estranho dia.

Passaram-se os dias, eu fui matriculado em uma escola do bairro, afinal já tinha sete anos e precisava ser alfabetizado. Isso por absoluta insistência de minha avó que não admitia que eu, como o neto mais velho, ficasse em casa o dia todo, atormentando-a e procurando encrenca, como ela gostava de dizer. Minha mãe enfim arrumou um emprego em uma fábrica de tecidos e agora saía de casa bem cedo, deixando os filhos com a avó desalmada, enquanto o juizado de menores não resolvia a questão.

Essa busca desenfreada por um local para se livrar dos filhos durou mais de um ano, quando finalmente as duas perceberam que não seria essa a saída. Foram então em busca de uma solução doméstica para resolver a questão: a saída encontrada foi entregar parte dos filhos – os dois mais novos – para os parentes cuidarem. Meu irmão caçula, Marcelo, foi dado para uma tia que, aparentemente, tinha melhores condições financeiras e se dispôs a ficar com ele por determinado tempo. O

Marcelo foi o primeiro a sair de casa, passando a viver e a dormir no sofá da sala de uma tia que, na verdade, ganhava a vida costurando 'cortinas americanas' para completar o orçamento doméstico, já que seu marido, alfaiate, não ganhava o suficiente e eles tinham seis filhos para criar. Como a maioria dos primos já era adulta, essa tia resolveu – por piedade, levar meu irmão.

Meu outro irmão, Arnaldo, foi acolhido por um primo recém-casado que também morava nas redondezas e, sob minha ótica, tinha uma casa bacana, com sala e uma T.V. em cima de uma prateleira. Aquilo para mim era a casa de um milionário. Eu achava que meu irmão tinha tirado a sorte grande. Viver bem longe da minha mãe e ainda em uma casa com televisão para assistir.

Feita a partilha, sobraram eu e meu irmão Francisco. O peso havia sido aliviado um pouco. Agora havia o salário da minha mãe e duas bocas a menos para serem alimentadas.

Eu ia para escola no período da tarde e minha avó cuidava do irmão que ficara em casa. O arranjo não parecia tão ruim assim. Mesmo assim, a situação não melhorava do ponto de vista afetivo ou pedagógico. Eu estava entregue à própria sorte. Tinha que me virar para

comer, tomar banho, fazer o dever de casa e ir para a escola. Na época, aos sete anos, eu não havia sido apresentado ainda a uma escova de dentes. Naquela casa não havia o hábito de usar pasta de dentes, sabonete ou papel higiênico.

Um certo dia, apareceu uma parente em casa e pediu para ir ao banheiro. Depois de ter feito o que precisava a mulher gritou por minha mãe e pediu um pedaço de papel higiênico.

- Puxa vida, fui ao mercado e esqueci de comprar.

Foi a desculpa esfarrapada dada por minha mãe que, de imediato, ofereceu uma folha de jornal para a visita. Mesmo sem ter consciência do fato, fiquei morrendo de vergonha da situação. Eu já sabia que nunca havia entrado um rolo de papel higiênico naquela casa. Assim como não havia escova, pasta de dentes ou sabonetes para se tomar banho. Minha avó sempre cortava em pedaços um sabão azul chamado vencedor – o mesmo que era usado para lavar as roupas da casa. Eu ainda sofreria muito pela total falta de higiene da família.

A situação em casa naquela época só piorava. Eu não entendia bem, mas minha mãe era omissa no cuidado

com os filhos, a casa, a vida em geral. Não ligava muito para a educação ou a higiene da prole que restara ali. Para a primeira festa de dia das mães na escola, a professora nos ensinou a decorar um sabonete para entregar de presente. Meu primeiro desafio era conseguir arrumar tal prenda, pois a professora pediu que trouxéssemos para a aula seguinte um sabonete bem perfumado que houvesse em casa. Como explicar na sala que não havia esse bem de primeira necessidade no local em que eu morava.

Conversei com minha avó que, gentilmente para minha surpresa, conseguiu comprar um sabonete Gessy para eu levar na aula seguinte. Foi um alívio voltar para a escola, carregando aquele negócio na minha malinha de escola. O sabonete mais vagabundo que havia na venda e que não mereceu, sequer, um mínimo de atenção da velha professora.

Durante os trinta minutos finais da aula, fomos apresentados à primeira tarefa artesanal da minha vida; transformar aquele sabonete vagabundo e um presente para o dia das mães.

Era necessário, primeiro, fazer um sulco no sabonete, o que um aluno mais velho e mais apto a usar um estilete

se ofereceu para fazer. Depois tínhamos que colar uns pedaços de papeis coloridos e adornar com uma fita de cetim em volta dele. Ficou horrendo o negócio, mas era afinal um presente. A festinha de dia das mães foi marcada para o sábado seguinte. Guardamos nossas prendas artesanais na prateleira ao fundo da sala, com o nosso nome e o da respectiva genitora e voltamos felizes para casa. Na malinha levava um bilhete da professora convidando todas as mães para os festejos do sábado, véspera de dia das mães.

Nessa noite fiquei acordado esperando por minha mãe para entregar o bilhete e contar que tinha uma surpresa esperando por ela. Aquela estranha mulher mal olhou para o pedaço de papel, virou as costas e foi cuidar de sua vida. Sem dar nenhuma explicação, não apareceu na escola para a tal festinha de dia das mães.

Fiquei sentado na minha cadeira, olhando para a porta de entrada da sala na esperança de que ela mudasse de idéia e aparecesse. Foi em vão. Houve a festa, as mães ganharam seus sabonetes enfeitados e eu fiquei envergonhado, tentando inventar uma desculpa caso alguém perguntasse pela minha mãe e rezando para aquilo acabar logo. Ninguém me perguntou nada. Ninguém me dirigiu a palavra. Ao final da festa, levantei,

peguei o sabonete Gessy que estava na prateleira, guardei na malinha e voltei sozinho para casa. Por que ela fez aquilo? Nunca perguntei nada. Entreguei-lhe o sabonete mal ajambrado, com a fita de cetim já se soltando toda e fui brincar no fundo do quintal, onde tinha um abacateiro frondoso, mas que nunca deu frutos enquanto eu lá morei. Não entendi muito bem o significado de se comemorar o dia das mães.

Essa foi a primeira de uma série de ausências de minha mãe nas reuniões de pais e festas das escolas que frequentei. E foram muitas: após completar o primeiro ano escolar, o tio Waldemar, dono da casa em que morávamos, anunciou que precisava vender o imóvel para investir o dinheiro em sua recauchutagem de pneus, que ficava na longínqua Via Anchieta – um local em que ainda iríamos morar.

Enquanto isso, ele construiu uma casinha com quarto/sala e uma cozinha, no fundo da sua residência, para que fôssemos viver ali provisoriamente. A casa mal dava para acomodar uma pessoa, mas fomos todos amontoados lá dentro. Nessa altura, os parentes devolveram meus irmãos menores – haviam perdido a paciência com eles.

1967

Éramos seis

Minha avó, minha mãe, eu e mais três irmãos, vivendo em um quarto/sala. Como tal casa ficava no bairro do Moinho Velho, em uma travessa da então temida Via Anchieta, fui matriculado em uma escola do SESI (Serviço Social da Indústria) que havia nas redondezas e que, além de gratuita, também oferecia cadernos, lápis e a cartilha Caminho Suave, meu primeiro contato com um livro.

A situação não melhorou muito nos anos seguintes. Minha mãe sempre ausente, ora trabalhando em uma tecelagem, ora trabalhando sei lá aonde, nunca tinha tempo para cuidar dos filhos, que ficavam jogados à própria sorte, dependendo de doações de roupas e alimentos dos tios. Minha avó, a amparadora oficial, descobriu-se diabética e passou também a necessitar de cuidado dos parentes.

O tio Waldemar e sua esposa, tia Nina, moravam em uma casa que, para o meu infantil conceito de morar bem, era o máximo. Dois andares, três grandes quartos no segundo piso, cozinha e duas salas, além de